



Helena Maria
Bousquet Bomeny

Proezas de um quixote republicano

Este texto pretende expor a construção do projeto republicano personificado por Darcy Ribeiro, assinalando o lugar da educação nesse programa de vida e as intrincadas conexões que suas idéias implicaram, bem como sua permanência no debate público.

> Darcy Ribeiro nasce de uma mãe educadora em Montes Claros, Minas Gerais, no dia 26 de outubro de 1922, ano simbólico do modernismo no Brasil e do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Da pequena cidade vai a Belo Horizonte, em 1939, para iniciar seus estudos universitários. Foi estudante de medicina para agradar à mãe, mas o que o excitava era outro campo de pensamento. Engels lhe chegara pelas mãos de Francisco Campos, em pleno Estado Novo, nas levadas de importação que o jurista fazia em seu afã de conhecimento e erudição. Aos vinte anos, conhece um “livro sobre teoria da cultura” pelas mãos de “Chico Ciência”, apelido que os mineiros deram ao jurista erudito de Minas Gerais.

O tempo de Belo Horizonte, a primeira capital filha da república, foi o que permitiu seu envolvimento cada vez maior com a sabedoria e a militância. Explodia ali, pelos idos de 1930, um embate intelectual entre comunistas e integralistas, dividindo campos e criando fissuras. Em seu livro autobiográfico, Darcy chega a admitir que fora cortejado por ambos. “Não sei por que não fui integralista, eu gostava do discurso integralista, que era nacionalista, eu gostava dos livros que eles davam para a gente. Mas optei pelos comunistas, eu li uma biografia do Jorge Amado e, por alguma razão, me identifiquei com os comunistas.”¹ Escapou da erudição vadia, traço da intelectualidade mineira. “Eu fugi da dispersão mineira assim.” Os mineiros – continua ele – lêem tudo, Sócrates, Kant, Marx, todos. Lêem por curiosidade intelectual: “[...] pode ser que [o mineiro] chegue a ter uma certa ilustração sobre o pensamento, mas nunca chega a ter um pensamento”.²

A partir desta introdução, anuncio uma conexão que parece fazer sentido nessa trama de Darcy com o republicanismo mineiro. Em pesquisa sobre o universo de valores atribuídos aos mineiros e a relação entre tais orientações, a modernidade e a formulação de políticas de educação e cultura do pós-1930,

concentrei-me na versão da mineiridade que havia alçado à política nacional. Os intelectuais que deixaram Minas e seguiram para o Rio de Janeiro com o então jovem Gustavo Capanema, e com ele compuseram a “Constelação Capanema” que gravitou em torno do Ministério da Educação e Saúde, provavelmente não subscrevessem o comentário de Darcy no parágrafo anterior. Minha sugestão é de que Darcy Ribeiro perfilou um tipo que não chegou à política nacional. João Pinheiro da Silva (1860-1908), com seu espírito empresarial, pragmático, sua aversão ao intelectualismo, sua crítica à condução política feita pela elite tradicional e sua defesa contundente da universalização da educação, sobretudo a educação técnica, como condição de desenvolvimento da nação republicana, conformou um tipo de liderança mais próxima ao que Darcy acabou promovendo ou provocando nos debates nacionais.

Paralelos

O comunismo afastara Darcy do puro diletantismo intelectual; a ação empresarial produzira efeito semelhante em João Pinheiro. Em mais um ponto essa conexão parece fazer sentido: a aproximação com São Paulo do final do século XIX, presente na ação política de João Pinheiro, e a experiência de formação como cientista social, pelos idos de 1940, no caso de Darcy. A convite de Donald Pierson, que lhe ofereceu uma bolsa de estudos, Darcy se matricula na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, por onde se graduou em 1946 com especialização em etnologia.

O antiintelectualismo de Darcy se coaduna com o antibacharelismo de João Pinheiro. industrial formado em direito, professor de direito das gentes, diplomacia e história dos tratados no curso de Ciências Sociais da Faculdade Livre de Direito do Estado de Minas Gerais, João Pinheiro pretendeu impregnar a educação do

ethos empresarial, transformando-a em educação para o trabalho. A mescla encontraria seu ponto máximo de interseção quando o empresário assumiu as funções de governo e liderou o projeto educacional para o Estado. Naquele momento, intercalaram-se a atividade empresarial, a formação intelectual como bacharel de direito e o homem público na chefia do governo de Minas Gerais, em 1906.³

Os estudiosos de João Pinheiro são unânimes quando se referem à inspiração positivista que o norteou. Acrescentam, porém, que, mais do que com os positivistas, o líder político se afinava com o “espírito positivo”, cuja tradução, em termos de comportamento, seria o sentido da realidade concreta, a afeição pelo empiricamente observável, certa intolerância com as firulas da retórica parlamentar em torno de idéias “desencarnadas das coisas”. O enciclopedismo, o intelectualismo, a erudição livresca integram uma família à qual João Pinheiro dirigia olhar de inconstante desconfiança, acompanhado de reações de impaciência extremada.

A passagem do político de Caeté pela área educacional deixou a marca da dimensão pragmática no ensino, em afinada coerência com a dimensão positivista que associa progresso a instrução. A João Pinheiro seria reservado o papel histórico de reestruturar o ensino público em Minas Gerais, com uma distinção que o notabilizou: o ideal educativo não se vinculava à ilustração ornamental, mas a uma perspectiva eminentemente prática:

Foi longo o nosso sofrimento, longo e pesado. A maldição do trabalho escravo nos legou este quinhão de dores que a geração atual está sofrendo, como todas as que vivem em época de transição.⁴

A tardia abolição da escravatura (o último país a libertar escravos, repetia Darcy Ribeiro inúmeras vezes,

engatando mais um elo na cadeia de aproximação entre ambos aqui sugerida) provocou outro equívoco, apontado por João Pinheiro: a substituição do trabalhador nacional por imigrantes. Ali a república começava mal. Dizia a seus filhos que os deixaria ao relento. E os imigrantes que vinham nem tão mais educados assim eram. Necessitavam igualmente de educação básica. Educação que aos brasileiros deveria ser oferecida como condição para o florescimento do mercado, da prosperidade, do trabalho e da nova divisão social das ocupações.

A mancha era oriunda dos três séculos de escravidão, e a cura viria com educação em massa e aprimoramento pelo trabalho. Nem Darcy nem João Pinheiro atribuíram ao povo a responsabilidade pelo fracasso. As elites governavam mal. Os intelectuais formulavam mal, distanciados do mundo concreto, desconectados da realidade nacional, das necessidades e das urgências imediatas. E, por fim, em ambos, o modelo norte-americano seria inspirador: abertamente no caso de João Pinheiro, sobretudo no programa de defesa da pequena propriedade e no incentivo à produção agrícola diversificada; em Darcy no abraço definitivo aos ideais da educação pública e gratuita, tal como defendida por seu ideólogo e mestre, Anísio Teixeira (1900-1971). O positivismo de João Pinheiro talvez se encontrasse com o materialismo evolucionista de Darcy Ribeiro, mas em ambos as pontas se tocam no pragmatismo, na aversão à burocracia e no imediatismo como traços da ação política.

Influências

Em São Paulo, Darcy se aproxima dos professores estrangeiros, registrando especialmente os benefícios recolhidos com a leitura dos romances e os estudos brasileiros que tinha de fazer, na condição de bolsista, valendo-se de uma bibliografia crítica da literatura e da



Capa do caderno *Avante!*, de uso corrente nas escolas brasileiras a partir da década de 1940, com imagem de forte apelo nacionalista. 22,3 x 15,5 cm. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais – Acervo Museu da Escola – ME 01.234/04.

ensaística brasileira de interesse sociológico. Começa ali, portanto, naquele ambiente intelectual, a afeição por certa matriz sociológica norte-americana, particularmente a que se originou na Escola de Chicago. A experiência na Escola Livre de Sociologia ultrapassa o contato com o sociólogo norte-americano Donald Pierson. Herbert Baldus, “poeta prussiano e etnólogo apaixonado de nossos índios”, e Sergio Buarque de Holanda, que desperta nele o interesse pelo Brasil, são exemplos de intelectuais que deixaram marca na trajetória acadêmica e intelectual de Darcy Ribeiro.

O estudante viajou pela história do Brasil na erudição de Sergio Buarque e estendeu a convivência até o ambiente da própria casa dos Holandas. Darcy se esbaldava com a qualidade e pluralidade intelectuais daquela escola e guardou dela a melhor avaliação. Minas ia ficando para trás com sua “tacanhice”. Antes que fosse capturado pelo endeuamento à escola, Darcy escaparia pela vereda da militância. Foi salvo da técnica moderna de manuseio da erudição arcaica, alienadora como o simples arcaísmo mineiro, graças ao Partidão. “Apesar de todo o dogmatismo stalinista que imperava então, os comunistas atizaram meu fervor utópico, fazendo ver a realidade brasileira como a base de um projeto de criação de uma sociedade solidária”.⁵ Um comunismo sentimental, talvez fosse mais próprio dizer.

Da Escola Livre, Darcy Ribeiro guardou mais que lembranças. Armazenou não apenas o acervo que foi cultivando ao longo da vida, mas também a marca de um confronto que nunca pôde resolver entre a atividade acadêmica e a militância. Caminhos suspeitos para ambas as adesões que supunha natural: os comunistas cobrando-lhe ação; a academia exigindo-lhe rigor e isenção. “Na minha ingênua visão, entretanto, os dois caminhos estavam abertos e ambos eram fascinantes”.⁶ Afinal, o Partido Comunista capturou-o, definitivamente, pelo fato de fazer “de cada membro um herdeiro responsável pelo destino

humano”.⁷ Darcy mantinha com ele essa chama acesa ainda nos tempos de Belo Horizonte.

O método da observação direta em que tinha sido formado o habilitaria tanto para a antropologia quanto para a sociologia. E foi por certa casualidade que abraçou os estudos indígenas. Por indicação de Baldus a Rondon, acaba empregado no Conselho de Proteção aos Índios e Serviço de Proteção aos Índios, que funcionavam juntos. Ele próprio registra: “Fiz minha profissão de fé baldusiana da antropologia interessada nos índios como pessoas, solidária. Saí contratado”.⁸ Movido pela “profissão de fé baldusiana”, Darcy adentra o interior do país, enquanto João Pinheiro chega ao interior do Brasil por outra vereda. É a agricultura que o referencia. Pinheiro entendia que ali estava a fonte que deveria ser aprimorada no projeto republicano. O interior brasileiro de Darcy lhe foi aberto no contato com os índios: um experimento que alterou completa e definitivamente sua forma de ver o Brasil e tratar as questões brasileiras.

Herbert Baldus foi quem o iniciou no artesanato científico de estudar a natureza humana pela observação dos modos de ser, de viver e de pensar dos índios do Brasil. O menino destinado a ser fazendeiro no Norte de Minas abraçava um ideal de compreender e enfrentar o dilema brasileiro do mais longínquo interior.

Ninguém de minha geração, de minha classe, do meu tipo de formação fazia nada parecido. Não havia nem mesmo nome para designar minha função. O mais próximo seria “naturalista”, aplicado a botânicos, zoólogos, geólogos que se metiam mato adentro à frente de expedições científicas [...].⁹

A mudança de rumo com relação à causa indígena também recebeu de Darcy uma justificativa política. Deixa os estudos acadêmicos, antes interesse dos antropólogos do que propriamente seus objetos de

estudo, e passa a ser um “combatente da causa indígena”. Sai da postura do etnólogo que busca o índio como quem vai ao primitivo, afasta-se do intelectualismo abstrato e politiza o indigenismo como questão nacional. Dessa politização resultou sua participação ativa na montagem do Museu do Índio, que nasce de uma seção de estudos do Serviço de Proteção aos Índios e do Conselho dos Índios. Um museu criado para apresentar os índios à sociedade sem os preconceitos disseminados no país a respeito deles. Nele, o contato direto com fotos e imagens da vida cotidiana dos indígenas teria efeito pedagógico sobre os visitantes, convidados a olhar a cultura indígena como parte do acervo brasileiro, próxima de outras formas culturais valorizadas.

O final dessa grande empreitada foi indigesto: conflito com o Serviço de Proteção aos Índios pela excessiva formalização burocrática que impunha limites à ação de Darcy; conflito aberto com a comunidade de antropólogos pela sua mudança de atitude frente à academia. Iniciava-se ali a exposição pública do personagem polêmico em que se foi convertendo Darcy Ribeiro. O início da década de 1950 já vai anunciando as muitas discordâncias de Darcy com seus pares e com as instituições. É quando encontra Anísio Teixeira. A partir do contato com o educador, reescreve sua agenda pública republicana: militar pela causa da educação no Brasil, salvar o Brasil pela universalização da educação. Estender às crianças os direitos fundamentais de comunicação com o mundo: escrita, aritmética, noções práticas de convívio cultural. A grande missão se consubstancia no que deveria ser o projeto republicano: garantir os benefícios do conhecimento à população brasileira em idade escolar.

Veredas intrincadas

Foi pela aproximação com Anísio que Darcy se envolveu institucionalmente em muitos empreendimentos de

política educacional. Não foi um encontro fácil, a despeito da paixão mútua, tal como descrita por Darcy. Duas personalidades fortes, públicas, uniram-se no ideário da escola republicana, que representava para Darcy Ribeiro a encarnação do povo em seu projeto missionário de “salvar o Brasil”. Pelo americanismo anisiano, Darcy fortalece sua convicção política de ser possível tornar universal um direito que era de poucos. Anísio Teixeira havia pago uma conta alta pela defesa desse ideal durante o regime de Vargas. Era o preço cobrado ao individualismo como ideal numa atmosfera corporativista e autoritária como a que marcou o Estado Novo.

A associação definitiva de Darcy com a educação nasce desse encontro que só a morte, em 1997, silenciou. Contribuiu para isso a atuação no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), criado por Anísio Teixeira quando este dirigia o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep), ao lado de figuras como Fernando de Azevedo, Thales de Azevedo, Gilberto Freyre e Abgar Renault, mas, sobretudo, a criação da Universidade de Brasília (UnB), em 1959, e a campanha da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1961.

A LDB se constituiu em arena onde se digladiaram lideranças de dois campos de luta: um identificado com os defensores intransigentes da escola pública, leiga e gratuita; outro emblemático pelo que ficou ideologicamente associado com o privatismo. Anísio Teixeira e seu grupo, de um lado; Carlos Lacerda e Dom Helder Câmara, de outro. O vigor dos tempos de Capanema ressurgia, uma vez mais, no final de 1950 e início dos anos 1960. E não faltou a participação da Igreja Católica para fortalecer a lembrança de outros tempos. A Igreja não poupou esforços nem economizou procedimentos, nos anos 1930, para preservar seu espaço de orientação doutrinária na definição das matrizes educacionais, como também para resguardar o patrimônio que constituía por meio da rede privada de ensino.

Do campo da educação, Darcy Ribeiro não mais sairia. É por esse viés que entra na política nacional, mediado por políticos mineiros. Cyro dos Anjos teria conseguido dele o compromisso de escrever sobre a educação nas mensagens presidenciais de Juscelino Kubitschek. Por meio de decreto presidencial, foi designado, em 1959, ao lado de outros pesquisadores, para planejar a Universidade de Brasília. Em agosto de 1961, o cenário político brasileiro se inflama com a renúncia do presidente Jânio Quadros. A posse do vice-presidente João Goulart foi alvo de intenso debate no país. As estreitas ligações de Goulart com o trabalhismo aqueciam as suspeitas de diversos setores do governo e das Forças Armadas. Vetado pelos três ministros militares de Jânio – o marechal Odílio Denis, da Guerra, o almirante Silvío Heck, da Marinha, e o brigadeiro Gabriel Grün Moss, da Aeronáutica –, Goulart acabou sendo empossado no dia 7 de setembro de 1961, graças à aprovação, no dia 2 daquele mês, da Emenda Constitucional nº 4, que implantou no país o regime parlamentarista, reduzindo os poderes do Executivo e ampliando os do Congresso.¹⁰

Em agosto de 1962, Darcy deixa a Reitoria da UnB, onde estava desde a inauguração em 1961, e assume a chefia do Ministério da Educação e Cultura (MEC), em lugar de Roberto Lira. Na UnB, Anísio Teixeira ocupa o cargo antes preenchido por Darcy Ribeiro. A passagem pelo MEC foi rápida, mas tempo suficiente para que o ministro determinasse a aplicação de 12% da receita da União no aperfeiçoamento e desenvolvimento do ensino. A despeito da previsão constitucional, o percentual estipulado constitucionalmente só foi de fato liberado durante a gestão de Darcy Ribeiro. Em 1963, com o retorno ao regime presidencialista, Darcy deixa o Ministério da Educação, substituído por Teotônio Monteiro de Barros Filho, e assume a chefia do Gabinete Civil da Presidência da República, em lugar de Evandro Lins e Silva.

O último ano do governo Goulart, deposto em 31 de março de 1964 por um golpe militar, foi marcado por turbulência derivada da insatisfação crescente de setores civis e militares. Comício pelas reformas de base, realizado com a presença do presidente, em 13 de março de 1964, na Central do Brasil, Rio de Janeiro, sela o destino daquele que seria o primeiro governo trabalhista na história republicana brasileira. Darcy Ribeiro foi um dos poucos membros do governo a tentar organizar uma resistência em defesa do regime democrático. “Por que fracassamos?”, pergunta-se em passagens de seus registros de memória.

Do exílio à ação pragmática

Darcy deixa o país nos primeiros dias de abril de 1964 e exila-se no Uruguai. O Ato Institucional nº 1, promulgado em 9 de abril pela junta militar então no poder, destituiu-o de seus direitos políticos. Com base nesse mesmo ato, foi também demitido dos cargos de professor na Universidade do Brasil, onde havia ingressado em 1956 nas cadeiras de etnologia brasileira e tupi-guarani, e de etnólogo do Serviço de Proteção ao Índio. O tempo de exílio estreitou seus laços com a América Latina. O retorno definitivo ao Brasil data de 1978. Darcy reinicia a cruzada pelo ensino básico, agora temperada com severas críticas ao Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral).

De passagem pelo Brasil, em 1977, participa da 29ª reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), onde formaliza em veemente discurso suas críticas ao Mobral, defendendo que as verbas despendidas para a alfabetização de adultos deveriam ser concentradas no ensino fundamental de crianças para que não fosse produzida mais uma geração de adultos analfabetos. Polemiza, em seu estilo apaixonado, com o então presidente do Mobral, Arlindo Lopes Correa. A imprensa carioca,

especialmente o *Jornal do Brasil*, dá grande cobertura ao debate. Mas será nos dois governos Leonel Brizola no Rio de Janeiro (1983/1986 e 1991/1994) que a missão de salvar pela escola é posta à prova.

“O Brizola fez de mim o maior educador brasileiro no sentido que fiz 507 Cieps,¹¹ fiz uma universidade, a Norte Fluminense, e preparamos 24.000 professoras”, declara Darcy Ribeiro em entrevista a João Trajano, em agosto de 1996.¹² A última década de vida de Darcy (1987/1997) foi marcada pela afirmação de seu encontro com o político gaúcho, que lhe daria carta branca para prosseguir em sua utopia republicana. O encontro político com Brizola, formalizado em 1982, foi definitivo, como os dois anteriores que propiciaram a convivência com Rondon e Anísio Teixeira.

Em março de 1982, Darcy se lança candidato a vice-governador do Rio de Janeiro pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), na chapa encabeçada por Leonel Brizola, vencendo as eleições com 34% dos votos válidos. Com Brizola, Darcy consolida seu discurso popular. A referência não será mais Minas Gerais, mas a tradição sul-rio-grandense. Encontrava ali o que chamou “o apreço pela classe de baixo” daquela elite política, um traço visível em Getúlio, Jango e Brizola. Essa herança teria seu fundamento no mundo pastoril, que distingue os peões por habilidades específicas que passam a ser respeitadas pela própria elite. Um traço da elite gaúcha seria o estabelecimento de um padrão de convivência política assentado na autoridade com intimidade. João Goulart e Getúlio Vargas seriam expressões típico-ideais desse estilo que marca, na concepção de Darcy, o respeito pela classe mais baixa.

Brizola, dos três, seria o mais distanciado dessa peculiaridade política do Sul do país. Esse ponto chama a atenção de Darcy e mantém-se permanente em suas avaliações políticas. “O que está em nossa tradição é a brutalidade de uma classe dominante insensível que

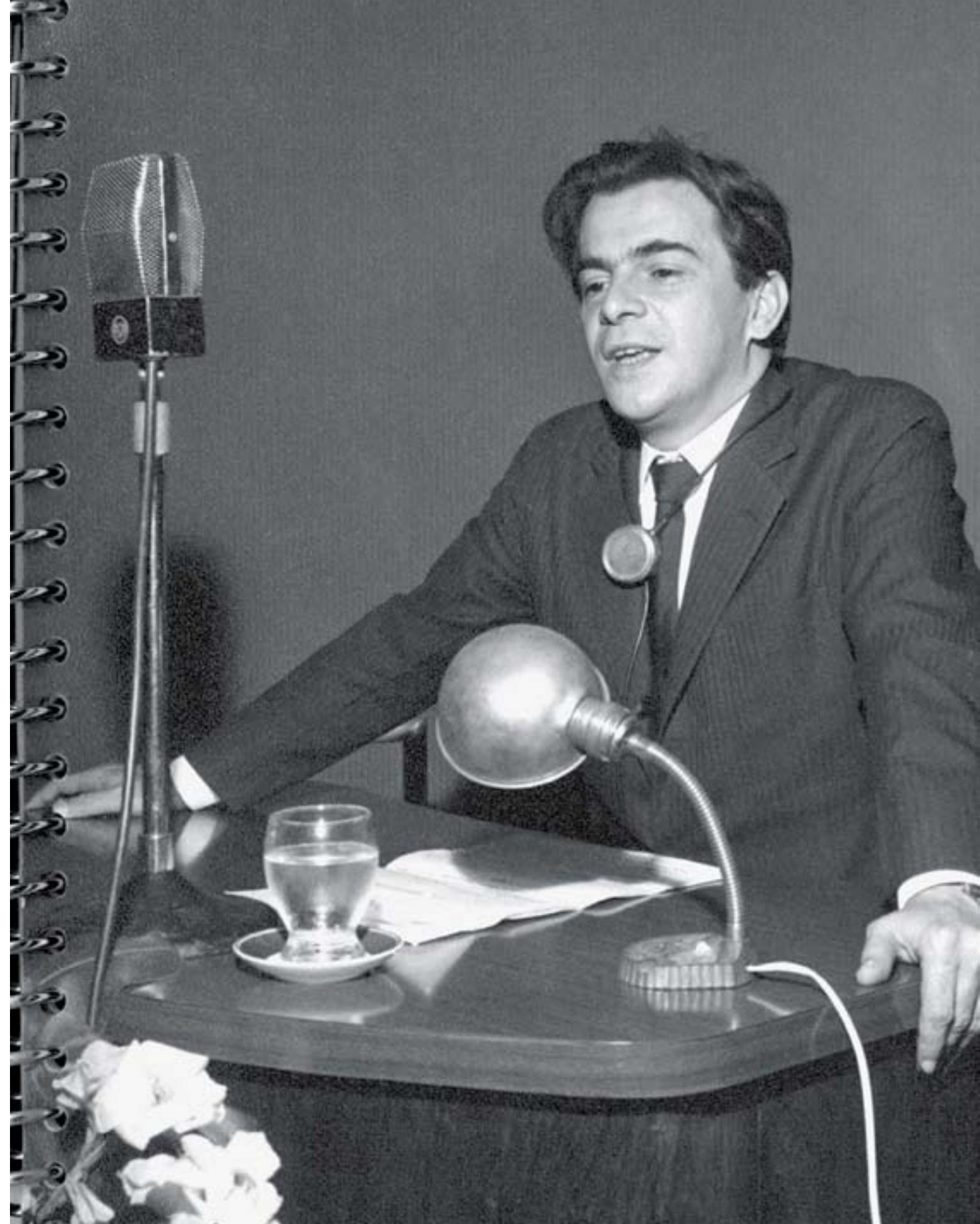
vem dos filhos de senhor de escravos”, reitera mais de uma vez no depoimento a João Trajano. No Sul do Brasil, tal descaso seria amenizado pela imposição de um novo padrão de relacionamento, fruto de uma experiência menos marcada pelas relações escravistas. A afinidade com a política gaúcha data de antes. O suicídio de Getúlio Vargas em 1954 “arrebentou o coração; foi um susto para o Brasil. Imediatamente a UDN se escondeu nas caixas d’água no diabo [...]”, depõe. “Isso fez minha cabeça. Eu era um comunista utópico”, afirma no mesmo depoimento a João Trajano.

Encontro de tradições

Leonel Brizola, portanto, viabiliza para Darcy o reencontro com duas tradições igualmente fundadoras de sua própria identidade pública: o getulismo, na esfera política, e o ideário escolanovista, ao oferecer-lhe a oportunidade de implementar como projeto de governo o que nunca antes pudera ser feito desde os idos da Escola Nova. Ao final do primeiro governo Brizola, 127 unidades dos Centros Integrados de Educação Pública (Cieps) estavam em funcionamento, contra o projeto original de construção de 500 unidades. A luta de Darcy se expressava em sua crítica aguda à escola de turnos, que obriga as crianças oriundas dos setores populares a completar seus estudos em um ambiente inadequado aos trabalhos escolares: as crianças das classes populares não têm o que nem onde estudar em casa. A escola de tempo integral viria sanar essa deficiência básica, tendo como proposta resgatar uma dívida histórica do Brasil para com seus cidadãos, sacrificados pela hostilidade e brutalidade da elite brasileira que impediam a implantação de uma sociedade democrática e mais justa.

Em 1986, Darcy seria indicado para disputar a sucessão de Brizola no governo do Rio de Janeiro.

Darcy Ribeiro no I Fórum de Debates Petróleo para o Brasil, comemoração ao 25º aniversário de criação do Conselho Nacional do Petróleo, 1963. Arquivo CPDOC/Fundação Getúlio Vargas – HB 100-8.



As eleições foram polarizadas entre a sua candidatura e a de Wellington Moreira Franco. O resultado indicou uma vantagem de cerca de 800 mil votos para Moreira Franco sobre Darcy Ribeiro, o segundo colocado. Mas a política permaneceria como sua eleição de vida, pois logo se seguiria uma nova experiência no governo Newton Cardoso, em 1987, quando ocupou a Secretaria Extraordinária de Desenvolvimento Social de Minas Gerais, onde pretendia construir 1 mil Cieps em todo o Estado, ao longo dos quatro anos. Foi uma tentativa frustrada de volta a Minas Gerais. Darcy abandonaria o cargo acusando o governo mineiro de não estar empenhado seriamente no projeto de instalação dos Centros Integrados de Educação Pública. Aceita então o convite do governo de São Paulo para, ao lado de Oscar Niemeyer, planejar o Memorial da América Latina, inaugurado em 1989. Data desse ano o envolvimento integral de Darcy com a campanha presidencial, na qual foi candidato Leonel Brizola. Brizola perde logo no primeiro turno, sendo as eleições disputadas entre Fernando Collor de Melo e Luis Inácio Lula da Silva, saindo vitorioso Fernando Collor de Melo.

Mantendo-se fiel ao PDT, Darcy é eleito para o Senado pelo Estado do Rio de Janeiro nas eleições de outubro de 1990, no mesmo pleito que reconduziu Leonel Brizola ao governo do Rio de Janeiro. Ocupou, até 1997, quando morre, o primeiro mandato legislativo de toda a sua trajetória política, mantendo-se fiel ao brizolismo, ao partido de Brizola (PDT) e à causa educacional. No Senado, liderou a campanha pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovada pelo Congresso em dezembro de 1996 e sancionada no mesmo mês pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, que, em homenagem ao senador fluminense, batizou-a de Lei Darcy Ribeiro. Estávamos a dois meses de sua morte, ocorrida em 17 de fevereiro de 1997.

Darcy Ribeiro valeu-se inúmeras vezes da argumentação sociológica para sustentar a defesa da

escola em tempo integral como eixo de uma experiência política mais justa, democrática e humanizadora. Reconhecendo explicitamente as dificuldades do Brasil em incorporar os setores populares na agenda de benefícios sociais, Darcy Ribeiro colocou na escola pública de tempo integral a expectativa mais positiva de alterar a tradição elitista e ampliar o alcance do bem-estar a um número mais expressivo de receptores.

Uma versão do republicanismo mineiro

Duas pontas se encontram nas considerações feitas até aqui: a primeira, a percepção de uma sociedade fadada ao atraso, herdeira de uma tradição que dificulta sua inserção no mundo moderno. A segunda diz respeito à crença na capacidade do povo de fazer valer seus interesses ou de ser protagonista de seu destino. Darcy Ribeiro esteve comprometido com ambas as perspectivas. A formação sociológica recebida na Escola Livre de Sociologia e Política fortaleceu nele a convicção de que desenvolvimento e autonomia dependem do conhecimento e da ação engajada.

A pesquisa empírica deveria informar as condições e fornecer os indicadores para a efetivação da ação e para o tratamento analítico com as ferramentas da sociologia.¹³ E o contato com a antropologia sedimentou nele o projeto de pensar a cultura brasileira em seus próprios termos, um sentido incorporador onde não caberiam as condenações ou a negatividade dos legados ibérico, africano e/ou indígena. A combinação de uma sociologia engajada, universalista e militante, com uma antropologia compreensiva, voltada ao singular e à interpretação fincada em seus próprios termos, fez de Darcy um intelectual controvertido, ao menos pouco comum. A ousadia da combinação nem sempre foi bem-sucedida, mas permaneceu como ousadia. O republicanismo de Darcy encontra outra matriz política de Minas Gerais, ou seja, a trilha aberta por



Reginaldo José Azevedo Fortuna (São Luiz, MA, 1931 – São Paulo, SP, 1994). *Caricatura de Darcy Ribeiro*. In: RIBEIRO, Darcy. *Aos trancos e barrancos: como o Brasil deu no que deu*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1985.

João Pinheiro, que depositou na educação a chance de intervir na desafortunada tradição escravista, alterando-a pela incorporação do povo aos benefícios restritos à elite. A reforma educativa proposta pelo governo João Pinheiro no início do século XX seria o sinal da associação entre república e formação educacional. Habilidades, treinamento ocupacional, ensino profissional, ensino agrícola nas colônias experimentais compunham o projeto de intervenção republicana do empresário em sua função política. O antropólogo travestido de homem político em ação – Darcy Ribeiro – atualizaria o programa republicano para o final do século XX. A escola pública, aberta a todos, em tempo integral, era a receita à iniciação das crianças nos códigos de sociabilidade, tratamento, relacionamento e preparo para a vida em sociedade. A escola em tempo integral abriria espaço ao processo civilizador tal como conceituado por Norbert Elias – ação contínua, deliberada, lenta, duradoura e sempre

inconclusa, na direção da formação de hábitos e valorização de atitudes socialmente aceitáveis à convivência coletiva. O viés da escolarização em tempo integral com o qual se comprometera – e que tentou implantar nas duas experiências do governo Brizola no Rio de Janeiro – era, parece-nos, uma resposta sociológica (civilizatória, no sentido de Elias) a um problema estrutural.

O Programa Especial de Educação no Rio de Janeiro teve um escopo abrangente, mas ficou completamente identificado com os Centros Integrados de Educação Pública (Cieps).¹⁴ Foi, em seu desenho original, um esforço concentrado de Estado para levar a problemática social para dentro da escola. O Ciep conteria nele mesmo, em sua dinâmica interna, todos os aspectos de assistência social: educação, saúde, cultura, atendimento odontológico, reforço psicológico e assistência familiar estavam previstos e foram

desencadeados em unidades de funcionamento de que se guarda memória nada desprezível.¹⁵

Darcy Ribeiro defendia os Cieps como uma escola pública comum encontrável em qualquer bairro dos países que, de alguma maneira, sinalizaram a importância democrática de prover educação para a maioria da população. O feito, tido aqui como extraordinário e extravagante, é agenda rotineira de qualquer governante nos países que universalizaram o direito à educação. E não era preciso que tal associação fosse feita com os países considerados desenvolvidos. Na própria América Latina era possível encontrar em outros países a política do horário integral como base de escolarização pública.

Ele estava convencido de que a escola pública brasileira ainda não podia ser chamada de pública. Elitista e seletiva, ela não estava preparada para receber quem não tivesse acesso a bens materiais e simbólicos que contam e interferem diretamente no desempenho escolar. Exigia da criança pobre o rendimento da criança abastada. Remava na direção contrária à de sua clientela principal. O programa era destinado às crianças pobres, e a escola em tempo integral deveria ser uma resposta ao que Darcy considerava a mentira do sistema público de ensino. Em meados dos anos 1950 e, sobretudo, no início da década de 1960 até o golpe de 1964, a educação foi compreendida como a porta de acesso aos bens da sociabilidade e à ascensão econômica.

Quando Darcy Ribeiro defende o Programa Especial na década de 1980 o faz também como recuperação de um projeto interrompido pela violência do golpe. Os Cieps vieram no desmonte do autoritarismo no Brasil. Eram frutos, portanto, da redemocratização. Darcy pretendia retomar, com seu Programa Especial de Educação, a prioridade que havia sido subtraída no regime militar. O elitismo do regime autoritário teria nos Centros Integrados de Educação Pública seu antídoto mais conseqüente.

O sonho de Darcy era de que o Ciep fosse atrativo também para a classe média: “Tinha que ser tão bom que a classe média disputasse para colocar o filho lá dentro”.¹⁶ Por certo, a ênfase dada em todos os discursos na prioridade do programa para as classes populares e a população da periferia criou um vínculo simbólico entre clientela pobre e clientela dos Cieps. O efeito perverso não antecipado foi transformar o experimento em verdadeiro estigma, atingindo ambos os segmentos, o das populações da periferia e o dos setores médios da população em idade escolar, que não queriam aceitar a marca de serem estudantes daquelas escolas.¹⁷

Essas avaliações já foram feitas, com mais ou menos equilíbrio, dependendo do contexto, da conjuntura e do autor. Há certo consenso a respeito dos prejuízos do programa de instalação de centenas de unidades em um experimento completamente inovador e com muitas funções, mais do que qualquer programa escolar havia considerado até então. Darcy Ribeiro ousa massificar um experimento – um contra-senso nos próprios termos. Neste ponto, parece-nos, reside a maior distinção entre ele e Anísio Teixeira, um conferindo ao seu projeto um cunho político-sociológico; outro, Anísio, defendendo o modelo pedagógico gradual. É também possível sugerir que a volúpia de Darcy Ribeiro tenha contrastado com a prudência e a moderação sempre atribuídas como traços próprios da liderança política de João Pinheiro.

Mas o mineiro de Montes Claros tinha pressa. A dívida se acumulara em mais um século. E a sociedade brasileira não dava sinais claros de que caminhava na direção de alterar hábitos e costumes hierarquizados, preconceituosos, elitistas, arraigados na avareza dos comportamentos pouco democráticos. Havia de ser tratamento de choque, disse muitas vezes. Atropelou ações, desrespeitou procedimentos, avançou sinais, transgrediu regulamentos. Darcy Ribeiro fez inimigos e desacreditou políticas; seguiu a trilha dos solitários quixotescos. Mas uma vitória esse esforço monumental

alcançou: o Ciep tornou-se referência para qualquer discussão sobre escola em tempo integral, confundindo-se completamente com seu ideário. E pautou a questão da fragmentação escolar quando deixou explícitos os procedimentos que faziam da rede regular o que Darcy classificava como “escola de mentira”. Criou o fato sociológico. E condicionou a inclusão do benefício à educação a qualquer pauta política minimamente comprometida com ideais republicanos.

O sentido político de tamanha expressão foi sempre identificado por Darcy, na convicção de que a miséria (nas dimensões material e espiritual) aprisiona, amesquinha e, pior que tudo, embrutece as relações humanas. Na grande missão salvacionista pela qual Darcy Ribeiro quis ser identificado, está perfeitamente contemplada a clareza do chefe de jagunços Zé Bebelo, personagem de *Grande sertão: veredas*, capturada por Heloisa Starling, sobre os riscos iminentes da experiência política de uma terra “onde centenas de pessoas perambulam, por toda parte, sobrecarregadas de miséria”.¹⁸ Que república e para quantos são enigmas que continuam à espera de quem os decifre. Estão, portanto, na ordem do dia.

Notas |

1. RIBEIRO, Darcy. Depoimento de Darcy Ribeiro. *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 44, 2º sem., p. 3-30, 1997. p. 5.

2. Esta recuperação biográfica foi retirada de meu livro *Darcy Ribeiro: sociologia de um indisciplinado*, publicado em 2001 pela Editora UFMG, Belo Horizonte.

3. João Pinheiro governou Minas Gerais de 1906 a 1908, quando morreu abruptamente.

4. Editorial do jornal *Minas Gerais* de 12/01/1908, cuja autoria é atribuída a João Pinheiro. In: BARBOSA, Francisco Assis (Org.). *Idéias políticas de João Pinheiro*: cronologia, introdução, notas bibliográficas e textos selecionados. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980. p. 333.

5. RIBEIRO, Darcy. *Confissões*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p.127.

6. RIBEIRO. *Confissões*, p. 128.

7. RIBEIRO. Depoimento de Darcy Ribeiro, p. 5.

8. RIBEIRO. *Confissões*, p. 149.

9. RIBEIRO. *Confissões*, p. 145-146.

10. Cf. BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*: 1930:1983. Rio de Janeiro: Forense-Universitária; CPDOC/FINEP, 1984. 4 v.

11. Centros Integrados de Educação Pública. Os Cieps foram criados na década de 1980 por Darcy Ribeiro, quando era secretário da Educação no Rio de Janeiro, no governo de Leonel Brizola. O objetivo era proporcionar educação, esportes, assistência médica, alimentos e atividades culturais variadas, em instituições colocadas fora da rede educacional regular. Além disso, essas escolas deveriam obedecer a um projeto arquitetônico uniforme. Alguns estudiosos acreditam que, para criar os Cieps, Darcy Ribeiro havia se inspirado no projeto Escola-Parque de Salvador, de Anísio Teixeira, datado de 1950.

12. Para uma análise minuciosa do brizolismo, consultar SENTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo*: estetização da política e carisma. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/Editora da FGV, 1999.

13. Muito do que foi mobilizado pela experiência do CBPE guarda fidelidade a esse propósito. Ver o resultado da pesquisa de Libânia Xavier em: XAVIER, Libânia N. *O Brasil como laboratório*: educação e ciências sociais no projeto do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (1950-60). 2. ed. Bragança Paulista: Universidade de São Francisco, 1999. v. 1.

14. O Programa Especial de Educação foi e tem sido objeto de atenção de educadores, pesquisadores e estudantes de pós-graduação (mestrado e doutorado). O texto citado nesta nota recupera boa parte dessa literatura.

15. Cf. EMERIQUE, Raquel. *Do salvacionismo à segregação*: a experiência dos Centros Integrados de Educação Pública no Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPCIS), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

16. RIBEIRO, Darcy. Entrevista concedida a João Trajano Sento-Sé, 14 de agosto de 1996.

17. EMERIQUE. *Do salvacionismo à segregação*.

18. STARLING, Heloisa Maria Murgel. A narrativa da República em *Grande Sertão: Veredas*. In: BIGNOTTO, Newton (Org.). *Pensar a República*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000. p. 173.

Helena Maria Bousquet Bomeny é doutora em sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), professora titular de sociologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), pesquisadora do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV) e coordenadora-geral da Escola Superior de Ciências Sociais da mesma fundação. É autora, entre outras obras, do livro *Darcy Ribeiro – sociologia de um indisciplinado* (Editora UFMG, 2001).